

Menarin, Carlos Alberto. *À sombra dos jequitibás: O Parque Estadual de Vassununga entre os interesses públicos e privados (1969-2005)* (São Paulo: Annablume/FAPESP, 2011), 278 p.

José Luiz de Andrade Franco

Departamento de História, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

Bolsista de Produtividade Científica do CNPq

jldafranco@terra.com.br

Recibido: 21 de marzo de 2013

Aprobado: 25 de marzo de 2013

O livro *À Sombra dos Jequitibás: O Parque Estadual de Vassununga entre os interesses públicos e privados (1969-2005)*, de Carlos Alberto Menarin, é o resultado de pesquisa de mestrado sobre o Parque Estadual de Vassununga, localizado no município de Santa Rita do Passa Quatro, em São Paulo. Trata-se de trabalho original e fundamentado em extensa e variada documentação: processos judiciais, jornais, uma série de leis e decretos, planos diretores do município de Santa Rita do Passa Quatro, Plano de Manejo do Parque Estadual de Vassununga, memórias e outros escritos relacionados com a história local de Santa Rita do Passa Quatro etc. Foi lida uma significativa bibliografia geral, realizado trabalho de campo no parque e no seu entorno, e aplicado questionário em escolas de ensino fundamental e médio da cidade de Santa Rita do Passa Quatro. A intenção do autor foi compreender as dificuldades para a implementação do Parque Estadual de Vassununga, criado em 1970. Encontrou como principais obstáculos para a gestão desta unidade de conservação a questão da regularização fundiária pendente e o pouco reconhecimento da sociedade local sobre a importância e o significado dela.

Menarin é graduado, mestre e, no momento, doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Assis. Ele se insere no recente campo da história ambiental, e o seu livro é fruto de esforço que vem sendo desenvolvido no curso de História da UNESP de Assis – sobretudo pelo professor Paulo Henrique Martinez - para divulgar essa especialidade. A originalidade do livro está no fato de que ao empreender a pesquisa, basicamente um estudo de caso, Menarin se deparou com um fato

mais amplo, uma verdadeira “indústria da indenização ambiental” em propriedades a serem desapropriadas para a criação de unidades de conservação. Uma estratégia de favorecimento de interesses privados em detrimento do erário público. Foi essa a prática percebida quando do estudo do processo de Desapropriação Indireta movido pelos compradores da falida Companhia Usina Vassununga contra o governo do Estado de São Paulo pela criação do Parque Estadual de Vassununga em áreas naturais de sua recém-adquirida propriedade. Não se tratava de contestar a criação do parque, mas de supervalorizar as áreas abrangidas por ele e conseguir uma polpuda indenização. Menarin constatou a mesma prática de ação ordinária de indenização por Desapropriação Indireta com a criação do Parque Estadual da Serra do Mar, da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, do Parque Estadual de Jacupiranga, entre outros.

Para Menarin, o estudo das relações entre as políticas públicas de proteção às áreas naturais e a interpretação que os tribunais dão às leis é um campo ainda pouco explorado. É um viés instigante e complementar para as análises sobre as unidades de conservação. É ele que permite a identificação das “vultosas indenizações que sucessivamente os governos, e não apenas do Estado de São Paulo, vêm sendo condenados a pagar pela criação de áreas protegidas” (p. 43). Como, muito frequentemente, os proprietários de remanescentes de áreas naturais são grupos econômicos ligados aos setores imobiliários ou produtivos, que gozam de condições econômicas e políticas privilegiadas, Menarin observa os processos que fazem com que a criação de unidades de conservação, uma política para garantir os direitos difusos, que beneficiam toda a sociedade, acabe instrumentalizada no interesse do “Capital”.

O conteúdo do livro se divide por cinco capítulos. O primeiro capítulo é mais geral e trata de questões relacionadas com o desenvolvimento da legislação ambiental no Brasil, com a criação e a gestão de unidades de conservação, e com os conflitos entre o estabelecimento de áreas protegidas e o direito de propriedade. O segundo capítulo mostra como se deu o processo de ocupação e exploração econômica da região onde se localiza o município de Santa Rita do Passa Quatro, com suas áreas de

Mata Atlântica e de Cerrado, e onde foi criado o Parque Estadual de Vassununga. O terceiro capítulo focaliza o contexto no qual ocorreram os debates e as ações visando a proteção dos patrimônios histórico e ambiental do município de Santa Rita do Passa Quatro. O quarto capítulo trata justamente de como a Usina Santa Rita S/A, que adquiriu a massa falida da Companhia Usina Vassununga, conseguiu receber uma alta quantia em dinheiro da Fazenda do Estado (muito mais do que foi pago por toda a propriedade) pelas terras e florestas de Jequitibás que foram incluídas no Parque Estadual de Vassununga, por meio de ação ordinária de indenização por Desapropriação Indireta. O quinto capítulo analisa o lento processo de implantação do Parque Estadual de Vassununga e as dificuldades para tornar a população consciente do papel e da importância da unidade de conservação. O parque é bastante atípico, fragmentado em cinco segmentos, quatro de Mata Atlântica (Floresta Estacional Semidecídua), localizados na propriedade da Usina Santa Rita S/A, e um de Cerrado, fora da propriedade da Usina Santa Rita S/A. O parque é pouco conhecido da população de Santa Rita do Passa Quatro, mas o enorme jequitibá-rosa presente em um dos segmentos do parque é bastante conhecido, considerado um atrativo turístico importante para o município e um patrimônio a ser preservado.

Na conclusão do livro, Menarin chama a atenção para o fato de que a situação fundiária do Parque Estadual de Vassununga ainda não estava resolvida até o momento da conclusão de sua pesquisa. O parcelamento da indenização e os juros que continuavam a incidir sobre ela faziam com que a dívida continuasse sempre a aumentar. A Fazenda do Estado passou a contestar os cálculos e a argumentar que a dívida já havia sido paga. A batalha judicial se estendia. Menarin enfatiza, ainda, o fato de que para o parque cumprir a sua função como unidade de conservação ele deve enfrentar os dois desafios com os quais se depara desde a sua criação: lidar com os interesses privados que o cercam (o que implica em resolver a questão fundiária) e ser reconhecido pela população local como uma unidade de conservação (o que implica em ir além da sombra do jequitibá-rosa tão popular). O texto de Menarin é denso, um estudo de história ambiental que ajuda a lançar luz sobre os intrincados meandros das políticas públicas e dos conflitos em torno das unidades de conservação brasileiras.